

ESTADO DE MINAS (BH) • 15 DE MARÇO DE 2014

Judiciário e democratização

HERBERT CARNEIRO

Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis)

Por uma timidez inexplicável e comprometedor, o Judiciário vive o anacronismo entre direitos e avanços conquistados na Constituição de 1988 e a esdrúxula convivência com uma lei que regula seu funcionamento (Lei Orgânica 35/1979), criada na ditadura. Admitir a permanência dessa incompatibilidade é continuar convivendo, passiva e omissivamente, com o atraso. As autonomias administrativas e financeiras previstas na Carta Magna, e reiteradas na Emenda Constitucional 45 (reforma do Judiciário), são para valer, mas só terão eficácia se os tribunais resolverem, corajosamente, colocá-las em prática.

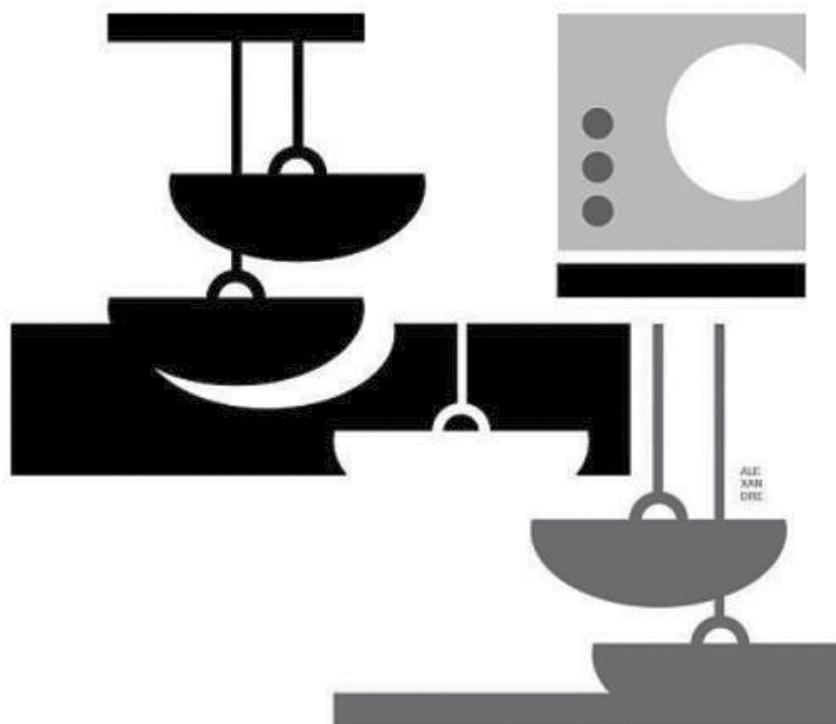
É igualmente inaceitável que os tribunais continuem a reboque do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além de expor o Judiciário a constantes situações de fragilidade e desprestígio, o CNJ, agora, está prestes a editar uma resolução que determinará aos tribunais a inclusão obrigatória da participação dos juízes de primeira instância em todos os debates e comissões que tratem da vida e sobrevivência do poder – do planejamento à gestão e resultados da atividade judiciária.

A toda evidência, mais uma vez, por omissão, o Judiciário receberá outra ordem, de cima para baixo. Tudo isso porque não teve a lucidez e o compromisso de colocar em prática as autonomias administrativas e financeiras de que é detentor. É inexplicável, por exemplo, que os tribunais se neguem a adotar efetiva democratização, com adoção de eleições diretas para os cargos diretivos. O exercício da democracia, especialmente para o âmbito do Judiciário, é tarefa para aqueles que não temem a submissão de suas ações ao crivo do juízo de valor de desembargadores e juízes indistintamente.

Abriu o tribunal, com a possibilidade de eleição de todos os desembargadores para os cargos diretivos e com o voto de todos os juízes, seria avanço histórico capaz de nos contextualizar aos tempos de pós-modernidade e representaria opção refletida e consciente de sobrevivência democrática com eficiência. Se não agirmos assim, estaremos, cada vez mais, fadados ao enfraquecimento e desprestígio de nosso Judiciário.

Sintonizados com esse tempo, os juízes mineiros aprovaram, em histórica assembleia, realizada em agosto de 2013, provocar o Tribunal de Justiça de Minas (TJM) para esse debate democrático sobre as eleições diretas. O protagonismo histórico desse importante momento deve ser tributado unicamente aos juízes.

Diante disso, em 17 de março, em um avanço importante, ainda que parcial, o TJMG am-



Não é razoável tirar do juiz de primeira instância o direito à participação integral nas atividades de gestão do Poder em que ele atua

pliou a elegibilidade a todos os desembargadores, mas negou o voto aos juízes. Mesmo assim, por meio da Amagis, eles irão se manifestar por meio de uma consulta paralela, entre os dias 14 e 23 de abril, sobre os candidatos. Na mesma direção, associações de magistrados de todo o país, lideradas pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), solicitaram aos tribunais em 31 de março que adotem as eleições diretas.

São inconsistentes e frágeis os argumentos de que a democratização depende de alterações constitucionais e legais. Pensar assim, com a devi-

da vênua, é desconhecer e desprezar as autonomias administrativas e financeiras dos tribunais estaduais. Mais fraco ainda é o argumento de que a democratização interna vivenciada pelo Ministério Público, com eleições diretas, representou retrocesso e trouxe desorganização político-institucional. Ao contrário, o Ministério Público, diferentemente do Judiciário, cuidou de fazer sua lei orgânica e garantiu, assim, as conquistas previstas na Constituição. Amadureceu e se fortaleceu enquanto instituição. Debatem, democraticamente, por ocasião das eleições, mas, passado o pleito, unem-se e defendem, arduamente, a instituição e sua missão constitucional.

De outro lado, não é minimamente razoável tirar do juiz de primeira instância o direito à participação integral nas atividades de gestão do Judiciário, quando se sabe que são eles os responsáveis por 85% de toda a demanda judicial. Se não tivermos a grandeza cívica e visão orgânica responsável do Poder Judiciário para reconhecer isso, com a participação direta dos juízes nas eleições das mesas diretivas dos tribunais, mais uma vez, receberemos, de forma subserviente e sem direito a esperneios, da parte do CNJ, a ordem nesse sentido. Depois, não haverá mais nada a fazer, a não ser reconhecer a nova realidade e a importância da democratização.

■ JUDICIÁRIO

Pela primeira vez, quatro desembargadores disputam eleições para presidente do Tribunal de Justiça. Votação será amanhã

Disputa acirrada no TJ de Minas

PAULO PAIVA

Da Revista Encontro, para o Estado de Minas

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) vive a eleição presidencial mais acirrada da sua história. Pela primeira vez desde sua fundação, há 140 anos, quatro candidatos disputam o cargo mais alto do judiciário mineiro. Estão no páreo os desembargadores José Tarcizio de Almeida Melo, de 69 anos (o mais antigo na casa, com 16 anos de TJMG e atual primeiro vice-presidente da instituição), Antônio Carlos Cruvinel (66 anos de idade e 13 de casa), Pedro Bitencourt Marcondes (51 anos e oito de casa) e o "cacula" por tempo de tribunal, Doorgal Borges de Andrada (55 anos e cinco de TJMG). A eleição será amanhã, às 14h, e o resultado será conhecido no mesmo dia. O colégio eleitoral é formado pelos 128 desembargadores da instituição. O mandato presidencial tem duração de dois anos, sem reeleição.

O motivo de tanta disputa foi a mudança do regimento interno do TJ, ocorrida este ano (na verdade, a 40 dias da eleição) por iniciativa da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) – o braço político da Justiça mineira – e aprovada pelo Pleno do TJMG. Antes, o desembargador mais antigo na casa era praticamente conduzido à presidência, numa espécie de coramento da carreira. Agora, qualquer integrante do colégio eleitoral – ou seja, os 128 desembargadores – pode ser candidato. Se o regimento não tivesse sido alterado, Almeida Melo, que completa 70 anos em março de 2015 (e, por isso, terá de se aposentar compulsoriamente, segundo a legislação federal), estaria praticamente eleito. Mas a mudança das regras alterou um jogo que parecia certo.

Os postulantes ao cargo com menos tempo de casa garantem que a modificação do regimento, também já adotada em estados como São Paulo, foi uma reivindicação de juízes e magistrados em nome dos "novos ares da Justiça" – e entenda-se por "novos ares" o desejo de mais participação na até então fechada administração do TJMG. Agora, além de poder ser candidato a presidente, os 128 desembargadores conquistaram também o direito de disputar vagas nas 10 comissões da instituição.

O número de candidatos, na verdade, reflete a divisão política do Judiciário mineiro, representada por pelo menos três grupos que disputam poder dentro da Amagis: o da situação, o da oposição e os dissidentes da associação. Os quatro candidatos representam, portanto, diferentes posições dentro do cenário político da Justiça

■ TJMG EM NÚMEROS

128 desembargadores
903 juízes
16 mil servidores na ativa
10 comissões
296 comarcas
5 milhões de ações em tramitação
R\$ 4,8 bilhões no orçamento para 2014

FONTE: TJMG

mineira. "Temos problemas que surgiram dentro da nossa associação de classe (Amagis) e que estão sendo trazidos para o tribunal nesta eleição. Precisamos evitar isso", diz Cruvinel, que se intitula "independente" em relação aos três grupos. "Em quartel e tribunal não pode entrar política", afirma Almeida Melo.

Os mais novos de casa descartam o "fator político" e insistem na renovação. "Chegou a hora de o Judiciário se reciclar", diz Doorgal de Andrada, filho de políticos e nascido numa família com fortes raízes na área jurídica. Seu bisavô, Lafayette de Andrada, é o personagem que dá nome ao Fórum Lafayette, em Belo Horizonte. "Com o novo regimento, os desembargadores perceberam que poderiam ter uma atuação mais efetiva na gestão do TJMG, que tem uma estrutura gigantesca", frisa Bitencourt Marcondes. Almeida Melo rebate. "É preciso experiência para conhecer o tribunal e iniciar as mudanças necessárias sem perda de tempo", diz.

Curiosamente, se eleito, Almeida Melo terá apenas nove meses de mandato, já que se aposenta no ano que vem. Com sua saída, o TJMG teria de realizar uma nova eleição para um mandato-tampão de um ano e três meses para completar a gestão iniciada pelo desembargador. Para alguns, esse fato pode prejudicar sua candidatura, já que, aparentemente, a maioria dos desembargadores não gostaria de realizar outra eleição em 2015.

O novo presidente, que toma posse em 30 de junho, vai administrar uma estrutura gigantesca. O orçamento do TJMG para este ano é de R\$ 4,8 bilhões, maior que o dos estados de Sergipe, Roraima e Acre. São mais de mil juízes, 16 mil servidores na ativa e praticamente 300 comarcas espalhadas pelo estado. Das 93 milhões de ações judiciais que existem no país, 5 milhões estão em Minas Gerais. Já em agosto, o novo ocupante do cargo terá que mandar ao Executivo estadual a proposta de orçamento para 2015.

SEM TEMOR Em comum, os quatro candidatos têm preocupações com a eficiência e a informatização do tribunal, com a falta de comunicação entre Judiciário e sociedade (há consciência de que é hora de campanhas institucionais apresentando o poder e seu trabalho à população) e prometem uma nova política salarial para a classe. "O salário de um juiz, de R\$ 14 mil líquidos, está acabando com a carreira e afastando bons profissionais", diz Andrada. A volta do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), chamado de quinquênio e extinto na reforma do Judiciário realizada em 2004, também esquentou a eleição, bem como o pagamento de uma verba de quase R\$ 3 bilhões, já reconhecida pelo governo estadual, ao Judiciário.

Há outros temas igualmente polêmicos. Um deles refere-se ao fato de que os recursos destinados aos TJs, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), restringem-se a 6% das receitas correntes líquidas de cada estado. Não há, portanto, muita margem para manobra – a não ser que a lei seja alterada pelo Congresso Nacional. "Minas tem de liderar uma campanha nacional nesse sentido, sem temer que a instituição seja chamada de privilegiada ou ações por parte do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)", diz Almeida Melo.

Outros preferem falar em melhorar a gestão do Judiciário para solucionar o problema. "Dinheiro não nasce em árvore", diz Bitencourt. Cruvinel acredita que a economia gerada com a informatização – processo conduzido por ele quando ocupou a presidência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG) – pode ser a solução. A judicialização do país, com o poder sendo chamado para dirimir questões de governo e do Legislativo, também preocupa os desembargadores. "Estamos entrando em searas polêmicas e precisamos de um limite", diz Pedro Bitencourt Marcondes.

A referência de Almeida Melo ao CNJ tem explicação. No ano passado, por iniciativa do desembargador Doorgal de Andrada, ouvidor do TJMG, o CNJ promoveu diversas mudanças no regimento interno da instituição, como a eleição para o Órgão Especial da Corte, formado por 25 desembargadores. O CNJ acabou com os "mandatos-tampão" e "suplentes biônicos", fato que gerou arestas na casa. Também foi contra o pagamento de plantão aos juízes, azedando as relações com o Judiciário. "Não podemos ser como crianças que foram criadas por avós e têm medo de cara feia", diz Almeida Melo em relação ao CNJ. A afirmação, incisiva, mostra que a disputa não será tão *low profile* quanto já foi no passado. Há intensa movimentação nos bastidores e conversas ao pé do ouvido, como manda a boa tradição da política mineira.



Para Almeida Melo, é importante experiência para conhecer o tribunal



Doorgal Andrada defende a necessidade de o Judiciário se reciclar



Antônio Cruvinel ressalta economia com informatização dos processos



Pedro Bitencourt afirma que é preciso um limite na judicialização do país

FOTOS: CLAUDIO CUNHA/REUTERS

O TEMPO (BH) • 14 DE ABRIL DE 2014

O TEMPO (BH) • 25 DE ABRIL DE 2014

O TEMPO Belo Horizonte
SEGUNDA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2014 7



RAQUEL FARIA
raquelfaria@otempo.com.br

Diretas Já

Ao mesmo tempo, a Amagis inicia hoje a sua "consulta paralela" aos associados, na verdade uma eleição alternativa para os cargos no TJ, de caráter oficioso e inédito, abrangendo os mais de mil juizes de direito de Minas, além de desembargadores. Algo como um movimento Diretas Já no Judiciário, para dar voto aos juizes. A proposta foi levada ao TJ em março. O pleno do tribunal não topou abrir o colégio eleitoral. Mas acatou outro pedido da Amagis: aceitou estender a elegibilidade para presidente a todos os desembargadores - até este ano, apenas os mais antigos podiam presidir a corte.

O TEMPO (BH) • 24 DE ABRIL DE 2014

Ares novos

Comentários de desembargadores indicam um crescimento dos candidatos "novos" Pedro Bitencourt e Doorgal Andrada na reta final da campanha pela presidência do TJ mineiro. Ambos entraram na lista de presidenciáveis graças a recente decisão do tribunal, a pedido da Amagis, de abrir a elegibilidade a todos os desembargadores da corte, que passou a viver um clima de renovação. Porém, como são apenas 130 votos, e as articulações seguem a todo vapor, o quadro pode mudar até o pleito no dia 28.

HOJE EM DIA (BH) • 25 DE ABRIL DE 2014

Consulta sobre mudanças no TJ

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) realizou, nos últimos dez dias, uma consulta aos magistrados ativos e inativos sobre os candidatos para o cargo de presidente e diretoria do Tribunal de Justiça no Estado, que serão escolhidos no dia 28 de abril. Dos 872 pareceres, venceram Doorgal Andrada (550 votos) para a presidência; como 1° vice-presidente, Baía Borges (588); 2° vice-presidente, Kildare Gonçalves (411); 3° vice-presidente, Audebert Delage Filho (506); corregedor-geral de Justiça, Antônio Sérulo (412); e para vice-corregedor-geral de Justiça, Walter Luiz de Melo (319). Os outros postulantes ao cargo de presidente são José Tarcízio de Almeida Melo e Pedro Carlos Bitencourt Marcondes.

Consulta II

Para o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, "a consulta aos magistrados não tem outro valor e objetivo que não sejam a defesa e a crença segundo as quais o estado de direito e a cidadania não podem estar dissociados da democracia e esta, de uma gestão moderna, transparente e proficiente". No último dia 17 de março, o Pleno do Tribunal ampliou a elegibilidade a todos os desembargadores, mas negou a inclusão do voto do juiz. Ambas as reivindicações foram feitas por 500 magistrados mineiros, em agosto de 2013.

O TEMPO Belo Horizonte
SEXTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2014 7

Justiça

TJ escolhe novo presidente com regras ampliadas

■ LUCAS PAVANELLI

■ Quatro desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas (TJMG) disputam a presidência do órgão em eleição na próxima segunda-feira. Um indicativo do que está por vir nas urnas veio à tona ontem, com a divulgação de uma consulta da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) aos membros ativos e inativos do Judiciário.

Com 550 votos, Doorgal Andrada venceria o pleito caso todos que se manifestaram tivessem direito de votar. Não é o que acontece na prática, já que somente os votos dos desembargadores são contabilizados.

Mesmo com essa restrição a eleição deste ano no TJMG pode ser considerada a mais aberta da história. Após uma reforma no regimento interno do órgão - depois de uma provocação feita pela Amagis e acatada pelo Tribunal - todos os 130 desembargadores poderiam ter se candidato, se quisessem. Até a última eleição, em 2012, apenas os cinco mais antigos disputa-

vam a presidência.

O presidente da Amagis, desembargador Herberth Carneiro acredita que a abertura do "colégio de elegíveis" é um passo importante na democratização do Judiciário, mas há ainda outra fronteira a ser ultrapassada: permitir que juizes também participem do processo. "Eu só posso saber o que a comarca de Jacinto (no Vale do Jequitinhonha) precisa, se eu ouvir o juiz", afirma Carneiro.

A proposta de inclusão de juizes no processo foi levada ao Pleno do TJMG, mas apenas 13 dos 126 desembargadores presentes votaram a favor da mudança.

Consulta

Apureção. Mais de 900 magistrados participaram da consulta da Amagis que "elegeu" simbolicamente presidente, vices e corregedor geral. Eles votaram pela internet ou por carta.

RENATA CALDEIRA/TJMG - 28.5.2013



Herberth Carneiro defende que juizes também possam votar

Minas acumula 5,1 milhões de processos sem desfecho

Morosidade. Déficit de pessoal e acúmulo de autos propiciam para acervo cada vez maior. TJMG promete fazer mutirões para agilizar

HERBERT
CARNEIRO

Desembargador do Tribunal de Justiça e presidente da Associação dos Magistrados Mineiros.

Por que os julgamentos demoram tanto?

É preciso ver a questão de uma forma mais geral. Primeiro há necessidade de uma reformulação das leis processuais no Brasil. Nós estamos trabalhando com códigos ainda de 1940. Depois a necessidade do processo judicial eletrônico. É preciso trabalhar na era da virtualidade. Depois a necessidade de investimento em mais concursos para juízes e servidores. E mais cursos de formação para estas pessoas. Das comarcas do estado de Minas Gerais, por exemplo, 70 não têm juiz.

É comum ter audiência marcada para 2019, 2020?

Lamentavelmente sim. É preciso que haja investimento. **TV BAND MINAS**

3,6 mi

de processos ficaram acumulados nos tribunais mineiros entre 2000 e 2013. Eles se juntaram aos 1,5 milhão que já existiam.

A Justiça tarda, mas não falha. Se a segunda parte da conhecida oração ainda é bem discutível, a primeira não levanta dúvida alguma em Minas. São mais de 5 milhões de processos acumulados nas prateleiras dos tribunais mineiros. A quantidade de autos esperando julgamento propicia, por exemplo, a impressionante marcação de audiências para o distante ano de 2020.

Atualmente, os cerca de mil juízes em Minas são responsáveis por uma média de 5,7 mil processos. O número deveria ser ao menos 40% maior, segundo avaliação do desembargador Herbert Carneiro, presidente da Amagis (Associação dos Magistrados Mineiros). "Trabalhamos com grande déficit de juízes e servidores. O grande drama da Justiça é esse. Há, ainda, a necessidade de uma reformulação das leis processuais, estamos trabalhando com códigos ainda de 1940", avalia.

Mesmo com metas cria-

das pelo Conselho Nacional de Justiça para esvaziar o acervo dos tribunais, a situação em Minas fica a cada ano mais preocupante. Em dez anos, o número de processos esperando julgamento saltou de 2,3 milhões para os atuais 5,1 milhões.

O Tribunal de Justiça mineiro afirma que implementa várias ações com o intuito de agilizar o trâmite, como criação de mutirões e diálogos para solucionar impasses sem acionar a órgão.

A Justiça tarda...

O resultado de tanto processo acumulado é cruel para milhares de famílias. Uma delas é a de Lídio Lopes, impossibilitado de trabalhar desde 2012, quando sofreu grave acidente causado por um condutor irresponsável. Ele descobriu que a audiência ocorrerá apenas em 2018.

Se Lídio não sabe como sobreviver até o julgamento, o advogado Genival Tourinho está cansado de esperar. Ele aguarda uma decisão judicial há 38 anos (veja ao lado).



THIAGO RICCI

COM MIKAELA SALACHENSKI E CAMILA LESTE/TV BAND MINAS